

Aprovada na 881ª Sessão

ALADI/CR/Ata 877  
07 de outubro de 2004  
Horas: 11h10m às 12h

ATA DA 877ª SESSÃO ORDINÁRIA  
DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do Dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
  2. Assuntos em pauta.
  3. Consideração das atas correspondentes às 874ª e 875ª Sessões.
  4. Projeto de Resolução que aprova os textos das Declarações a serem consideradas pelo Conselho de Ministros na sua Décima Terceira Reunião (ALADI/CR/PR 205) (Adiado)
  5. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Financiamento do Comércio.
  6. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho de Comércio Eletrônico e Tecnologias da Informação e das Comunicações. (Adiado)
  7. Assuntos diversos.
-

Preside:

CLAUDIA TURBAY QUINTERO

Assistem: Juan Carlos Olima, Ricardo Hartstein, Rubén Javier Ruffi e Marcelo Fabián Lucco (Argentina), Armando Loaiza Mariaca e Marcelo Janko Álvarez (Bolívia), Bernardo Pericás Neto, José Amir Da Costa Dornelles, Luciano Mazza de Andrade, Roberto Goidanich e Daniela Arruda Benjamin (Brasil), Oscar Quina Truffa e Axel Cabrera (Chile), Claudia Turbay Quintero e Alfonso Soria Mendoza (Colômbia), José Felipe Chaple Hernández (Cuba), Leonardo Carrión Eguiguren e Juan Larrea Miño (Equador), Dora Rodríguez Romero e Marco Antonio Barrera Fuentes (México), Marcelo Eliseo Scappini Ricciardi e Nancy Doria de Guggiari (Paraguai), Gustavo Teixeira Giraldo, Eric Anderson Machado e Ricardo B. Romero Magni (Peru), Agustín Espinosa Lloveras, Miguel Pereira e Jorge Luis Jure (Uruguai) e María Lourdes Urbaneja e Olga Mercedes Fuenmayor (Venezuela).

Secretário-Geral: Juan Francisco Rojas.

Secretários-Gerais Adjuntos: Leonardo F. Mejía, María Teresa Freddolino.

---

PRESIDENTE: Damos início à 877ª Sessão Ordinária do Comitê de Representantes.

1. Aprovação da Ordem do Dia

Submetemos à consideração a Ordem do Dia.

Devo ressaltar que dois itens desta Ordem do Dia deverão ser adiados. Primeiramente, temos a Aprovação da Ordem do Dia; em segundo, Assuntos em Pauta; em terceiro, a consideração das atas correspondentes às 874ª e 875ª Sessões; o quarto ponto será adiado para o próximo Comitê, e trata-se da aprovação do projeto de Resolução que aprova os textos das Declarações a serem consideradas pelo Conselho de Ministros e em quinto, temos o relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Financiamento Comercial, que passa a ser o número 4, ou seja, é o quarto ponto da Ordem do Dia de hoje.

O ponto seguinte é o relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho de Comércio Eletrônico e Tecnologias da Informação e das Comunicações, que também se adia, e o consecutivo, Assuntos em Pauta, que continua vigente.

Feitas as modificações, submeto à consideração do Comitê a Ordem do Dia .

Ao não haver observações adicionais, damos por aprovada a Ordem do Dia com suas respectivas modificações.

## 2. Assuntos em Pauta

O segundo ponto é o de Assuntos em Pauta. Ofereço a palavra ao Secretário-Geral para informar sobre os mesmos.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Presidenta.

Os Assuntos em Pauta constam do documento anexado às pastas dos senhores Representantes e faz parte da presente Ata.

1. Representação da Argentina junto ao MERCOSUL e à ALADI. Nota Nº 131/04, de 27/09/2004

Comunica que foi internalizado ao ordenamento jurídico o Décimo Primeiro e o Décimo Segundo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 48.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 1868.

2. Representação da Argentina junto ao MERCOSUL e à ALADI. Nota Nº 134/04, de 1/10/2004

Comunica que foi internalizado ao ordenamento jurídico o Décimo Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 48.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 1873.

3. Representação Permanente do Equador. Nota Nº 34 de 29/09/2004.

Comunica a decisão de prorrogar a vigência das tarifas preferenciais contidas nos Acordos de Complementação Econômica nos. 28, 30, 39 e 48.

Tramitação: Foi publicado como documento ALADI/CR/di 1869.

4. Delegação Permanente do Uruguai. Nota Nº 631/04 de 30/09/2004.

Comunica que o Décimo Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação Nº 33 foi incorporado por Ato Administrativo, mediante comunicação aos organismos competentes para sua execução.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 1874.

5. Delegação Permanente do Uruguai junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota Nº 632/04, de 30/09/2004.

Comunica que o Décimo Nono Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 28 foi incorporado por Ato Administrativo mediante comunicação aos organismos competentes para sua execução.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 1875.

6. Delegação Permanente do Uruguai. Nota Nº 633, de 30/09/2004.

Comunica que o Décimo Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação Nº 23 foi incorporado por Ato Administrativo mediante comunicação aos organismos competentes para sua execução.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 1876.

7. Oferecimento à ALADI para ser membro do *Common Fund for Commodities* (ALADI/SEC/di 1866).”

---

Cabe-nos destacar deste documento dois aspectos: por um lado, as comunicações enviadas por vários países sobre a vigência dos diversos Acordos e Protocolos que constituem por si mesmo em prorrogações, ao ampliar as datas de vigência de cada um dos compromissos contraídos no âmbito da Associação.

De igual modo, se destaca nesse documento a nota recebida do Presidente do *Common Fund for Commodities*, ou seja, do Fundo Comum para os Produtos Básicos (FCPB), mediante a qual convidam a Associação a entrar como Membro desse organismo, isento de contribuições e unicamente para prestar assessoria às atividades técnicas do referido Fundo.

Em uma próxima reunião do Comitê apresentaríamos então mais informações a respeito do acima proposto e que, aparentemente, parece-nos interessante, sobre tudo se temos em vista a necessidade de continuar projetando a Associação para outros foros internacionais, vinculados ao desenvolvimento econômico dos países.

Após a publicação deste documento de Assuntos em Puta, recebemos uma nota da Representação Permanente da Colômbia, que nos informa a entrada em vigor dos diferentes Protocolos para ampliação da vigência do Acordo, assinado, oportunamente, por um lado, entre os países andinos com o Brasil e, por outro, com a Argentina, e que determina a vigência dos mesmos até o dia 31 de dezembro do ano em curso ou, no caso, a entrada em vigor do Acordo de Complementação Econômica número 59, dependendo daquele que ocorra em primeira instância.

Esta situação tem, igualmente, validade para os Acordos parciais de Renegociação números 18 e 23, assinados pela Colômbia com o Paraguai e o Uruguai, nesta ordem.

Estes são os pontos de maior relevância que deram entrada por último na Secretaria. Muito obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA. Meu obrigado, Secretário-Geral, pelas informações.

3. Consideração das atas correspondentes às 874ª. e 875a. sessões.

O ponto seguinte se refere à consideração das atas correspondentes às 874a. e 875a. sessões, que se acham em suas pastas e que foram previamente enviadas às Representações.

Sumeto-as à consideração das Delegações.

Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez). Obrigado, Presidenta.

Faremos chegar à Secretaria algumas pequenas correções de caráter formal em uma das atas. Obrigada.

PRESIDENTA. Muito obrigada. Há alguma outra observação?

Não havendo observações adicionais, aprovam-se as atas 874<sup>a</sup> e 875<sup>a</sup>, com as modificações anunciadas pela Representante do México.

4. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Financiamento para o Comércio.

...O próximo ponto do Comitê é o relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Financiamento do Comércio, e corresponde ao Embaixador Olima, da Argentina, apresentá-lo.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidenta.

Este Grupo teve duas reuniões, respectivamente nos dias 26 de agosto e 16 de setembro. Nos deparamos com a dificuldade de encarar um tema que ainda não tinha sido analisado no âmbito da Associação. Ao buscar antecedentes, descobrimos que em algum momento a ALADI já tinha trabalhado sobre o tema.

A primeira reunião teve como objetivo central estruturar um programa de atividades, e debater, entre nós, de que forma deveríamos encarar nosso trabalho. Naquele momento, foi solicitada à Secretaria-Geral, uma exposição sintetizada do conteúdo dos documentos que havia remitido, vinculados, por exemplo, com a ALIDE; a CAF e o BLADDEX.

As propostas que surgiram a partir desses documentos foram, da parte da BLADDEX, um enunciado para a criação de uma Agência de Créditos de Exportação Latino-Americana, ACELA; da CAF uma proposta de assinatura de Acordo estratégico para apoiar, com linhas de crédito que fomentassem a produtividade, a competitividade, e a inserção da produção nacional; e na ALIDE existe um projeto estratégico orientado para converter a América Latina em um centro de comércio mundial, mediante a criação de uma autoridade Sul-americana de Infra-estrutura. Em segundo lugar, existe um programa de garantias para as MPE's (Micros e Pequenas empresas), em terceiro, um Fundo Latino-Americano de Resseguros e Garantias, além do apoio integral às referidas MPE's (PYME's).

Ao iniciar as tarefas, foi solicitado aos países-membros que fizessem chegar através da Secretaria, informação sobre os mecanismos existentes em cada um dos países a respeito do financiamento e incentivo às exportações, principalmente àquelas dirigidas às Pequenas e Médias Empresas, não só para que se fizesse um levantamento do que já existe na região nesse sentido, como, para que, por outro lado, analisássemos de que maneira seria possível assimilar algumas dessas experiências.

Na segunda reunião, a Secretaria nos informou sobre a existência de antecedentes no âmbito da Associação, estes últimos vinculados à busca de esquemas de financiamento e naquela ocasião lembramos que a ALIDE acabava de realizar uma reunião. No empenho de minorar custos, seriu convidada a Representação do Uruguai – presente naquela reunião -, para que nos informasse com mais detalhes sobre as tarefas que a ALIDE está realizando.

Até o presente, essas são as informações disponíveis. Presidenta, obrigado.

PRESIDENTA. Agradecemos ao Embaixador Olima sua intervenção e submeto à consideração das Delegações, caso algum comentário sobre o assunto venha a ter lugar.

Não havendo comentários, agradecemos ao Embaixador as informações.

## 5. Assuntos diversos

O ponto seguinte é o de Assuntos diversos. Ofereço a palavra.

Por favor, Venezuela.

Representação da VENEZUELA (María Lourdes Urbaneja Durant). Gostaria de aproveitar esta reunião para fazer a convocatória para uma reunião do Grupo de Trabalho de Acompanhamento dos PMDERs, que se realizará no próximo dia 13 às 4 da tarde.

Consideramos importante, já que estamos terminando este compromisso com os documentos, retomar o Grupo de Trabalho, ou seja, não permitir que este se reduza unicamente a um Grupo de Coordenação dos países, senão que seja um verdadeiro Grupo de Trabalho, porque entendemos que faz parte do compromisso das tarefas desta instituição e, sobretudo, porque temos uma série de documentos de acompanhamento que deveriam ser convertidos em orientações, ou mesmo em coordenadas estratégicas de trabalho, que no nosso parecer, são de suma importância. Gostaria, então, de animar as Delegações para que incorporem seus representantes a essa reunião do Grupo de Trabalho, do próximo dia 13, às 4h da tarde, que já foi anunciada anteriormente.

PRESIDENTA. Muito obrigada à Delegação da Venezuela.

Cabe lembrar neste ponto de Assuntos Diversos uma série de reuniões e compromissos. O primeiro acontece amanhã. Teremos a visita à nossa sede como convidado especial, do Secretário-Geral da Comunidade Andina Allan Wagner, e a sessão começará formalmente às 10h da manhã, tal como combinado, para poder continuar com a agenda do dia.

No dia 12 de outubro teremos a Reunião, que será dividida em duas modalidades: a de Chefes de Representação e a do Comitê de Representantes. Gostaria de manifestar que temos a necessidade de aprovar uma última Resolução que contenha a Declaração dos Chanceleres na reunião do Conselho de Ministros para o próximo dia 18, e o prazo está se esgotando. A semana entrante é o tempo que nos resta para poder concluir plenamente nosso compromisso. Temos, então, estes dois momentos: o dia 12 de outubro, quando teremos as duas sessões, Chefes e Comitê, e devo ainda incluir que no dia 15, também de outubro, teremos a visita das organizações sindicais aqui na nossa Sede. Não obstante, e somente se necessário, programou-se para esta visita uma reunião posterior, para terminar nossa gestão antes do dia 18 de outubro próximo, quando teríamos que propor uma sessão de Chefes, caso no dia 12 as Resoluções ainda não tivessem sido aprovadas.

Desejo lembrar esses assuntos, e trataremos de facilitar a gestão protocolar da Chancelaria uruguaia. Portanto, para este último, se requer a confirmação da presença dos nossos Chanceleres, os horários de chegadas e de partidas, de maneira tal que se permita a essa Chancelaria fazer os ajustes que considere pertinentes no que se refere à presença dos Chanceleres no Uruguai, por ocasião do Conselho de Ministros.

A Presidência dá por concluídos os assuntos. Tem a palavra a Delegação do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Agustín Espinosa Lloveras). Presidenta, somente para informar que o Setor Protocolo acaba de me comunicar que o Presidente da CAN, Embaixador Allan Wagner, deverá chegar na sexta-feira às 9h45m à Sede da ALADI.

PRESIDENTA. Por conseguinte, devemos adiantar nossa chegada em 15 minutos para recebê-lo, ou seja, devemos todos estar aqui às 9h30m.

Tem a palavra a Delegação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (María Lourdes Urbaneja Durant). Tenho só uma pergunta referente à organização. Está prevista alguma reunião prévia no domingo, que tenha relação com a da segunda-feira 18? Em outras palavras, alguns eventos como, p.ex., reuniões das Delegações nacionais para uma última revisão etc, ou isso não se usa fazer aqui?

PRESIDENTA. Não está previsto. O que sim, falamos, foi sobre nossa disposição de reunir-nos todas as vezes que seja necessário, até deixar nossa documentação em dia. Se terminarmos as Resoluções que ainda se encontram pendentes, repito, se terminarmos - e este "se" não entra aqui como hipótese -, dado que nosso prazo é impreterível e temos data marcada, que pode ser nos dias 12 ou 15. Não temos outra alternativa que deixar aprovada esta Resolução para entregá-la com a devida antecipação aos nossos Chanceleres.

Quero, também, lembrar, que esta Resolução não pode esperá-los aqui; ela deve ser vista por eles antes do início de suas viagens no dia 18 de outubro próximo, então, reitero a urgência e a necessidade de estarmos preparados; que o dia 12 de outubro esteja concluída esta Resolução. Nesta data a terminaríamos, aprovaríamos e caberá a cada um de nós determinar em que momento enviá-la, mas tenho a certeza de que as Chancelarias têm como requisito tomar conhecimento prévio da íntegra da Declaração, assim que não haverá uma reunião prévia, e, caso necessário, poderemos convocá-la. Ficaremos atentos.

Tem a palavra a Secretaria-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidenta. Eu gostaria de me referir a dois aspectos, mas com maior brevidade.

Primeiro, sobre a chegada do Allan Wagner amanhã. Ontem à tarde tomamos conhecimento que de fato sua chegada se dará no momento de iniciarmos a Sessão, e tínhamos proposto ao protocolo da Chancelaria uruguaia que o Embaixador Wagner e eu tivéssemos um encontro reservado antes do início da sessão. A idéia visa uma conversa que nos permita pôr em dia alguns assuntos pendentes sobre cooperação entre as duas Secretarias, e gostaria de encaminhá-los rapidamente com o Allan antes do início da sessão. Com o tempo comprometido, estaríamos descendo minutos antes para acatar pontualmente o começo da sessão do Comitê de Representantes. Esta seria a idéia, Presidenta, e além do mais, é o que geralmente acontece quando um importante executivo ou membro da direção de organismo internacional da região nos visita.

Por outro lado, desejo informar rapidamente sobre as gestões que nos correspondeu realizar durante as duas últimas semanas que passamos no Japão. Primeiramente, quero assinalar que esta estada foi marcada pelas visitas do Primeiro-Ministro japonês a alguns países latino-americanos, culminando com sua participação na Assembléia Geral das Nações Unidas, e cuja pauta proferida em discurso na cidade de São Paulo, era sobre o direcionamento da política exterior do Japão para a América Latina - particularmente ao visitar o México, onde firmou acordo de associação econômica com esse país, que recebe

especial deferência devido ao volume comercial e de investimentos entre os dois países -, e sobre o desenvolvimento do Tratado de Livre Comércio da América do Norte.

Em segundo lugar, já é do conhecimento de todos as ações conduzidas pelo Primeiro-Ministro japonês, particularmente no que tange ao seu apoio ao Brasil, ao juntar sua voz a outros dois países em via de crescimento, para que seja Membro Permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Trata-se de uma informação que, inclusive, foi amplamente divulgada pelos jornais latino-americanos.

Por outro aspecto, senhora Presidenta, as gestões que fizemos foram caracterizadas pelas prioridades da política exterior levada a cabo pelo Japão, que tem na Ásia seu principal objetivo - o fortalecimento das relações do Japão com os demais países asiáticos no momento em que a economia japonesa dá mostras de sua recuperação - e, por outro lado, com base nas diretivas que assinalai anteriormente ao discurso do Primeiro-Ministro, onde foram estabelecidas duas prioridades: Brasil e Chile. Essas metas leva-os a buscar fórmulas de associação econômica, que conduzem à assinatura de tratados de livre comércio com esses dois países sul-americanos em particular.

O interesse manifestado pelo Governo Japonês, que acredito, no caso do Chile, tratar-se de um procedimento que será encaminhado pela APEC, em Santiago, como, aliás, já é previsto trazer a público, em novembro, na próxima Cúpula dos Presidentes. Outra idéia aventada seria a de estabelecer um acordo de livre comércio com o Brasil e, apesar de não haver manifestação oficial a esse respeito, expressaram-me, confidencialmente, o interesse do Japão neste acordo.

Não obstante, seus objetivos trariam, simultaneamente, investimentos que poderiam ser vinculados à IIRSA, sobretudo aqueles que ligam o Brasil com o Pacífico e, principalmente, os que estariam relacionados com a saída pela via chilena do Pacífico para o Brasil, ou seja, pelo território chileno.

Foi este o contexto no qual se desenvolveram as conversas, cujo objetivo era identificar, de maneira mais contundente, as áreas e as formas de cooperação ou, até mesmo, a metodologia a ser eventualmente usada na cooperação entre a Associação e o Governo japonês.

Primeiramente temos que destacar o conceito japonês de cooperação, que está estreitamente ligado aos seus próprios interesses. De nenhuma maneira trata-se de uma cooperação alheia a interesses econômicos, políticos, e de projeção do Governo japonês.

Em segundo lugar, eles não possuem uma política de cooperação definida para organismos regionais. Sua cooperação é, fundamentalmente, de caráter bilateral, com cada um dos países. Não obstante, pelo fato de agora participarem como Observadores em um organismo regional, abrem-se as portas para que, eventualmente, possa ser estabelecida uma política de cooperação com esses organismos.

A partir de uma nossa consulta a respeito de uma cooperação para o desenvolvimento de um projeto específico, no campo da promoção turística, que acreditávamos receber a Secretaria do MERCOSUL, a explanação foi cristalina ao afirmar que a Secretaria do MERCOSUL interage como coordenador do projeto, mas a cooperação em si é recebida diretamente pelos quatro países membros do Tratado de Assunção que, chegaram a um consenso mútuo de redigir o projeto com características similares, enfocando-os pela ótica bilateral. Cada país-membro do MERCOSUL elaborou um projeto de promoção turística idêntico ao do seu par e, para aviar o prosseguimento do mesmo, fizeram da Secretaria do



MERCOSUL o coordenador deste, mas deixando o recebimento da cooperação sob a tutela dos respectivos Governos dos países-membros do Acordo.

Eles estabelecem para cada país critérios muito específicos e no caso dos países-membros da ALADI, como sabemos, há diferenças segundo o grau de desenvolvimento, da percepção que possuem a respeito da sua inserção no mercado internacional e também tem nesses critérios uma ponderação implícita de relacionamento político. Para alguns países têm muita transcendência e um dos elementos que pesa na definição de seus critérios é o estabelecimento de colônias japonesas estabelecidas além fronteiras. Temos, então, nestes exemplos, importante elemento para se levar em conta.

Ante tal situação, é evidente que o ímpeto caribenho vai de encontro com a parcimônia oriental. Tanto nos organismos públicos quanto nos privados, fomos informados regularmente sobre a surpresa que muitas vezes causa este início de relacionamento. O método difere daquele que nós, ocidentais, estamos habituados. A negociação deve amadurecer a longo prazo; ser construída paulatinamente. Para exemplificar, ante resposta a um comentário que se dividia entre o sério e o espirituoso, e que como gracejo fizemos aos membros do Governo e a um alto representante do setor privado também presente, ao parafrasear Keynes: "...a longo prazo todos estaremos mortos..", obtive como resposta que as relações institucionais são projetadas de geração para geração. Portanto, creio, que para concluir este tema, devemos nos munir de paciência e, desde já, cultivar metodicamente o relacionamento com o Governo Japonês.

Nossa entrevista com o Vice-presidente do Jetro foi muito positiva, devido, sem lugar a dúvidas, pelas próprias características do organismo. Trata-se de um organismo para a promoção comercial e investimentos, que não só demonstrou particular interesse, como acolheu favoravelmente nossa proposta de assinatura de um acordo de cooperação institucional, entre a Secretaria-Geral e o Jetro e, para o qual iniciaremos as gestões bilaterais correspondentes, por meio do escritório central em Tóquio ou do regional, estabelecido em Buenos Aires.

Outro assunto do nosso interesse que surgiu nesta viagem está relacionado aos produtos orgânicos e sobre o qual pairava, em alguns Representantes, certa preocupação e ao ser brindado com a oportunidade de longa entrevista com o Presidente de uma empresa latino-americana, mais especificamente, colombiana, que comercializa produtos orgânicos latino-americanos no mercado japonês, pude apurar que apesar de não ser muito atrativo, devendo, talvez, ao fato de ocupar um papel secundário no comércio exterior japonês, o índice de 3% do comércio exterior do Japão é, de todo modo, uma cifra significativa.

O mesmo interlocutor destacou dois aspectos que gostaria de ressaltar. Por um lado, que não existe discriminação a favor de produtos orgânicos para se aceder ao mercado japonês, posto que não há possibilidade de serem estabelecidas discriminações para os produtos naturais e, por outro, indicou as dificuldades que temos na América Latina para levar a cabo este tipo de produção, que dá lugar a uma comercialização relativamente fluída naquele mercado, pois, pelo fato de serem orgânicos, aumentam as exigências de um projeto bem definido. A partir desta interessante conversa, na qual demonstrou ter grande conhecimento do comércio com o Japão, sondamos a possibilidade de convidá-lo a ditar uma eventual vídeo-conferência, explicando pormenorizadamente o melhor caminho para a venda dos produtos para aquele país, independentemente de que sejam estes orgânicos ou não -, e que, ademais, acredito ser instrutivo para todos nós, e quem sabe, um primeiro passo em direção a este mercado que, sem lugar a dúvidas, ainda apresenta-se como desconhecido para muitos dentre nós.

Ao visitar as Câmaras de Comércio do Japão e a de Tóquio, conversei longamente com seu Presidente, que exerce a mesma função para ambas câmaras. Além de poder observar diversas ações em curso, mais uma vez fui vítima do ímpeto caribenho e, da mesma forma, lembraram-me que o que ali presenciávamos era apenas o começo de um relacionamento a longo prazo.

Obtive, por outro lado, informações sobre a digitalização dos certificados de origem, método que aliás não utilizam, apesar de ser aquele país berço de altíssima tecnologia em informática. Nem todas as empresas têm acesso a essa tecnologia de ponta e, portanto, o sistema que usam é biunívoco, ou em outras palavras, emitem alguns certificados digitalizados, mas, na sua grande maioria, estes ainda são emitidos pela via tradicional, com a participação ativa das Câmaras, sobretudo porque essas Câmaras são formadas, fundamentalmente, por pequenas e médias empresas que são as grandes exportadoras e fornecedoras das grandes multinacionais.

Não resta dúvida de que o tratado ou associação comercial com o México introduziu algumas modificações no que tange à forma de trabalho, mas, entretanto, os japoneses adequaram rapidamente a estrutura administrativa da Câmara em prol de um atendimento à altura, em seu relacionamento com o México neste acordo comercial.

Tive a felicidade de poder me encontrar com vários de seus colegas, já que o Embaixador da Venezuela, que é o Presidente do GRULAC, gentilmente convidou os Chefes das Missões latino-americanas para uma reunião comigo, e gerou-se, a partir desse momento, intensa atividade laboral e social mas, como era de se esperar, foi a de trabalho a de maior relevância, e onde, uma vez mais, a página *web* da ALADI foi a estrela, já que segundo testemunho, disseram ser a grande fonte de informação das atividades latino-americanas, não somente no que se refere ao aspecto comercial, ou ao caráter institucional utilizado pela Associação, e refletidos à perfeição nessa página, senão que, mesmo até pelas notícias jornalísticas que publicamos diariamente. Essa entrevista nos possibilitou também comentar alguns dos assuntos que desenvolvíamos na Associação.

Por outro lado, manifestei ao Governo japonês que chegava ao término de meu mandato como Secretário-Geral e que acreditava ser do interesse de meu sucessor manter importante vínculo com o Japão, de dar prosseguimento ao início desta relação comercial, e minhas palavras foram acolhidas favoravelmente pelo Governo Japonês, que relevou a importância de madurar e incrementar os vínculos entre a ALADI e seu Governo, e que clamam pela possibilidade de uma visita do Secretário-Geral entrante para dentro de cinco anos, estimativa que uma vez mais confirma como de longo prazo a planificação de suas atividades.

Sinceramente, Presidenta, acredito, através de uma ótica profissional, ter sido de suma importância a experiência; e assim como, institucionalmente, foi também de grande relevância a visita do Secretário-Geral da ALADI ao Japão. Sei, inclusive, que publicaram uma entrevista em japonês, mas que infelizmente não a tenho e, mesmo se algum exemplar me chegar às mãos, será difícil pô-la em circulação. Sou também portador de cumprimentos para alguns Embaixadores aqui presentes, provindos de ex-representantes de seus países junto à Associação e que se encontram no momento em missão em Tóquio. Trata-se do Embaixador do Peru; do Embaixador de Cuba, que foi Vice-ministro do Comércio Exterior e que teve a incumbência de negociar a admissão de Cuba na Associação; do Embaixador da Venezuela, que foi Vice-Chanceler no momento em que Cuba ingressava na Associação e do Encarregado de Negócios do Brasil, que também já esteve lotado na Delegação Permanente junto à ALADI. Tivemos a oportunidade de um diálogo franco e aberto sobre os diversos aspectos vinculados ao futuro da Associação e,

óbviamente, no caso, mais do que com o futuro da Associação, com o futuro do relacionamento entre o Japão e a Associação.

Finalmente, Presidenta, muito agradeço constar nesta Ata a excelente colaboração que recebemos da Embaixada do Japão no Uruguai, que foi vital para a coordenação estabelecida com os nipônicos e, para uma reflexão final, gostaria de ressaltar o fato de que mesmo que os resultados desta visita não sejam palpáveis a curto prazo, já que nos deparamos com uma estrutura cultural sobre a qual não será possível interferir, convidamos, então, uma vez mais, a refletir sobre o quão importante será dar continuidade a este relacionamento, de aprofundá-lo, mantê-lo e deixar que madure com o tempo, de maneira tal de que, como assinalou aqui o Embaixador do Equador, por sinal alguém que sempre me veio à memória nas visitas que fiz, renda seus frutos oportunamente e em benefício de todos. Muito obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA. Agradecemos ao Secretário-Geral o relatório da sua visita ao Japão, onde evidencia diferentes temas e preocupações, anteriormente tratados aqui no Comitê, como, p.ex., o primeiro, que esclarece ser este um relacionamento de longo prazo, que exige observação sobre a cultura do nosso possível sócio-cooperador, ao deixar claro que nossa proposta deve ser revista e filtrada com base nas informações trazidas pelo Secretário-Geral, que na verdade confirma o que nos foi dito por alguns de nossos colegas, como o Embaixador do Equador, e outros que mencionaram esta modalidade no trabalho conjunto com o Japão.

Vemos, outrossim, a importância de se avançar em direção a um convênio com o Jetro, no intuito de fortalecer nosso caudal de informação e dos diferentes segmentos que nos expôs o Secretário-Geral, e que são importantes. Acredito que devemos retomar e analisar posteriormente o tema de vídeo-conferência, para saber como comercializar e adquirir experiência com alguém que já se encontra nesse mercado e obteve êxito. Se analisarmos o potencial de negócios, sua porcentagem não é desprezível e ainda produz impacto financeiro. Ao ser esta porcentagem pequena em relação ao total do mercado global japonês, o impacto percentual nas nossas exportações pode ser muito grande e, fragmentado por setores específicos, mais ainda.

Quero agradecer a valiosa informação trazida e dar a palavra às Delegações que desejem opinar. A primeira a solicitar a palavra é a Delegação do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Agustín Espinosa Lloveras). De igual modo, Presidenta, é para agradecer o relatório do Secretário-Geral, que tenho a certeza de que muito colabora para a definição do futuro programa de cooperação com o Japão, e que será estipulado segundo essa visão de longo prazo que se tem da mesma. De qualquer maneira, isso não deverá deter nosso ímpeto e ambição natural de querer realizar as coisas no tempo útil da Associação, respeitando, certamente, o problema cultural que o Embaixador se referiu, mas, insisto, temos que pedir o que nos é necessário para depois ver o que dizem.

Em segundo lugar, gostaria de lembrar que as Delegações para as quais a Divisão do Protocolo da Chancelaria (*Dirección de Protocolo de la Cancillería*) enviou convite para uma reunião de coordenação com os funcionários das nossas Representações, que se não me engano, acontecerá amanhã, tem por finalidade informar sobre os detalhes da Declaração de Hóspedes Oficiais dos Ministros, encaminhar toda consulta e atender as demandas que

as Missões possam realizar a esse respeito, todos os temas relacionados às visitas dos Ministros que virão. Obrigado.

PRESIDENTA. Obrigada. Ofereço a palavra à Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidenta.

Em primeiro lugar também agradeço ao Secretário-Geral; acho que nos deu um relatório bem pormenorizado, rico em informação de grande utilidade e que poderá suscitar o tema da vídeo-conferência deste especialista latino-americano no mercado japonês, e gostaria de apresentar uma idéia, visto que uma tarefa de tal natureza não é somente de utilidade para nossos Representantes, senão para todos que de algum modo estão vinculados com o comércio entre nossa região e o Japão, daí pensar que seria muito interessante fazer um esforço ao convidar a participar a alguns setores de empresários dos nossos respectivos países, e também as Câmaras, porque vejo como uma boa oportunidade de se mostrar que a ALADI realiza coisas que vão além do cotidiano.

Por essa razão gostaria que a Secretaria levasse em conta essas idéias, e estudasse a possibilidade de impelir alguma variante delas. Obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA. Muito obrigada à Representação da Argentina.

Tomo a palavra para agradecer em nome do Comitê de Representantes ao Governo do Uruguai pela declaração de Hóspedes Especiais aos nossos Chanceleres, pela ocasião da visita que realizarão ao Conselho de Ministros no próximo dia 18, assim que, um muito obrigado ao Embaixador Espinosa e aos Delegados do Uruguai.

Por conseguinte encerra-se a Sessão. Nos vemos amanhã, às 09h30m horas nesta mesma sala. Muito obrigada.

---